



Prefeitura Municipal da Lapa
Estado do Paraná



Ofício nº 642

Lapa, 07 de Novembro de 2007.

Senhor Presidente:



Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 125/2007, que dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Outrossim, com fundamento no artigo 55 da Lei Orgânica do Município, solicito que o Projeto de Lei acima referido, seja apreciado em regime de urgência.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta

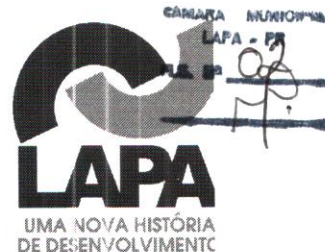
CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
Protocolo nº: 1187 / 2007

Data: 08/11/2007 - 16:47

Responsável: CTC 



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 125, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – Lapa Previ, autorizado a abrir em seu orçamento, um crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), dentro das seguintes dotações:

01.00- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa	
01.04- Administração	
09.272.0020-2001 – Manutenção do Instituto de Previdência	
33.90.01.00.00 – 1040 – Aposentadoria e Reforma.....	R\$ 100.000,00
33.90.03.00.00 – 1040 – Pensões.....	R\$ 35.000,00
33.90.39.00.00 – 3001 – Outros Serv. de Terc. Pes. Jurídica.....	R\$ 20.000,00
TOTAL.....	R\$ 155.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados o excesso de arrecadação das Contribuições do Servidor Ativo Civil e Contribuições Patronal de Servidor Ativo Civil arrecadas na rubrica 121029070000 e 721029070000 para despesas com aposentadorias e pensões, e para despesas com outros serviços de terceiro o superávit financeiro da fonte de recursos 001 do exercício anterior.

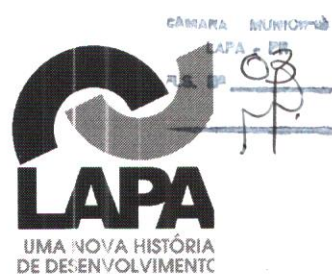
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, 31 de outubro de 2007.


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 125, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminho para apreciação dessa Egrégia Câmara, o presente Projeto de Lei que visa solicitar autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar para que possamos suprir as dotações com Inativos e Pensionistas no orçamento do Instituto de Previdência, que se tornaram insuficientes para empenhar a folha de pagamento do mês de Dezembro e a 2º parcela do 13º salário dos Inativos e Pensionistas.

Quanto a abertura de crédito suplementar para despesas com Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, são necessárias para dar cobertura as despesas administrativas até final deste exercício.

Diante do exposto espero que o presente projeto receba à aprovação por parte dos nobres vereadores.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, 31 de outubro de 2007.


Miguel L. H. Batista
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
ASSESSORIA JURÍDICA
Parecer nº 122/2007

Ref. Projeto de Lei nº 125/07

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Vem para análise desta assessoria o Projeto de Lei acima numerado, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a abertura, para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – Lapa Previ, de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

Pela justificativa apresentada e anexada junto ao referido Projeto, o Executivo local demonstra que referida solicitação visa suprir as dotações com Inativos e Pensionistas no orçamento do referido Instituto, visto que o mesmo mostrou-se insuficiente para empenhar a folha de pagamento do mês de dezembro de 2007 e a segunda parcela do 13º salário devido aos Inativos e Pensionistas.

Consta também que pretende-se, suplementar a dotação de nº 33.90.39.00.00-3001, referente a Outros Serviços de Terc. Pes. Jurídica, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), sendo que sua justificativa é no sentido de que tal valor se faz necessário para a cobertura as despesas administrativas até o final do exercício.

Requeru também o autor que referido Projeto seja apreciado em regime de urgência.

A abertura de Crédito Adicional encontra seu amparo legal no Título V, art. 40 e seguintes da Lei 4.320/64, o qual diz que “São créditos adicionais às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento”.

O suporte Constitucional é extraído do inciso V, do artigo 167, o qual diz que:

"Art. 167 – São vedados;

(...)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes".

A própria Lei 4320/64 nos traz a distinção entre as espécies de créditos adicionais existentes, conforme transcrição infra;

"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública".

Como se vê, o presente Projeto de Lei enquadra-se no inciso I, do art. 41, acima transcrito, sendo que a abertura desse crédito depende da existência de recursos disponíveis para as despesas correspondentes, conforme determina o artigo 43 da Lei 4320/64, que assim reza;

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa..

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las”.

De acordo com o art. 2º do respectivo Projeto de Lei, para a cobertura do crédito a ser autorizado serão usados como recursos o excesso de arrecadação das contribuições do Servidor Ativo Civil e contribuições patronal de Servidor Ativo Civil arrecadas na rubrica 121029070000 e 721029070000 para as despesas com aposentadorias e pensões.

Demonstra ainda que para cobertura de outros serviços de terceiros pessoa jurídica serão usados como recursos o superávit financeiro da fonte de recursos 001 do exercício anterior.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas legais e jurídicas pertinentes à matéria, não tendo nada a se opor ao seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis, ressalvando-se apenas quanto à oitiva da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, no que diz respeito a análise afeta a sua competência.

É o parecer.

Lapa, 09 de novembro de 2007


Jonathan Dittich Junior
Assessor Jurídico

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

PROJETO DE LEI Nº125/2007

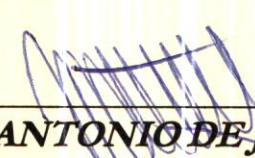
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

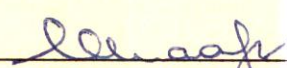
PARA ANÁLISE E POSTERIOR PARECER DA **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM _09_ DE _NOVEMBRO_ DE 2007.

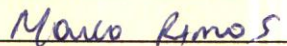

JOÃO ANTONIO DE J. MARTINS
PRESIDENTE

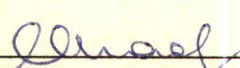
RECEBI O PROJETO EM 09 / NOVEMBRO / 2007.


MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO.

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR


LAPA, EM 09 / 11 / 2007.


MARCO ANTONIO FERRARI RAMOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
LAPA - PARANÁ
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 125/2007

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SÚMULA: “Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar”.

PARECER

O Projeto não apresenta nenhuma irregularidade quanto a sua legalidade, a demais cumpre com a técnica legislativa.

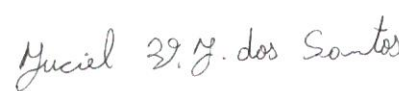
Desta forma colocamos a proposta, ao Douto Plenário para decisão final.

Atenciosamente.

Poder Legislativo Municipal, 12 de novembro de 2007.


MARCO ANTÔNIO FERRARI RAMOS

Vereador-Presidente


JUCIEL VILMAR J. DOS SANTOS
Vereador – Membro

JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Vereador - Membro

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

ANTEPROJETO DE LEI Nº. 125/2007

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR. PARA ANÁLISE E POSTERIOR PARECER DA **COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2007.


JOÃO ANTONIO MARTINS

PRESIDENTE

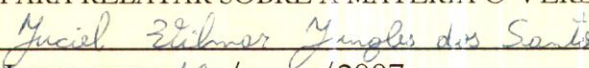
RECEBI O PROJETO EM 12 / NOVEMBRO / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR


LAPA, EM 12 / NOVEMBRO / 2007.


JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

ANTEPROJETO DE LEI Nº 125/2007

AUTOR: Executivo Municipal

SÚMULA: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar.

PARECER

Este Vereador relator do Projeto em epígrafe resolve pela continuidade na sua tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista, que a matéria não possui nenhuma irregularidade quanto aos aspectos Econômicos e Financeiros em atenção ao art.49 Inciso II, do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, cabe ao Douto Plenário "secundum legem".

Lapa, 12 de Novembro de 2007

Juciel Z. J. dos Santos

JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS

Relator/Presidente

[assinatura]
VILMAR CZARNESKI FAVARO

Membro

MARCO ANTONIO BORTOLETTO

Membro

PROJETO DE LEI Nº 95/2007

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná,
APROVA:

Art. 1º - Fica o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – LAPA PREVI, autorizado a abrir em seu orçamento, um Crédito Adicional Suplementar até o valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil Reais), dentro das seguintes dotações:

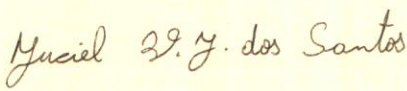
01.00 – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa
01.04 – Administração
09.272.0020-2001 – Manutenção do Instituto de Previdência
33.90.01.00.00 – 1040 – Aposentadoria e Reforma.....R\$ 100.000,00
33.90.03.00.00 – 1040 – PensõesR\$ 35.000,00
33.90.39.00.00 – 3001 – Outros Serv. De Terc. Pes. Jurídica.....R\$ 20.000,00
TOTAL.....R\$ 155.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados o excesso de arrecadação das Contribuições do Servidor Ativo Civil e Contribuições Patronal de Servidor Ativo Civil arrecadadas na rubrica 121029070000 e 721029070000 para despesas com aposentadorias e pensões, e para despesas com outros serviços de terceiro o superávit financeiro da fonte de recursos 001 do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

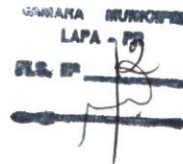
Poder Legislativo da Lapa, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 2007.


JOÃO ANTONIO DE JESUS MARTINS
Presidente


JUCIEL V. JUNGLES DOS SANTOS
1º Secretário



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



LEI Nº 2104, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007

Súmula: Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional

Suplementar.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa – LAPA PREVI, autorizado a abrir em seu orçamento, um Crédito Adicional Suplementar até o valor de R\$ 155.000,00 (Cento e Cinqüenta e Cinco Mil Reais), dentro das seguintes dotações:

01.00 – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos da Lapa

01.04 – Administração

09.272.0020-2001 – Manutenção do Instituto de Previdência

33.90.01.00.00 – 1040 – Aposentadoria e Reforma R\$ 100.000,00

33.90.03.00.00 – 1040 – Pensões R\$ 35.000,00

33.90.39.00.00 – 3001 – Outros Serv. De Terc. Pes. Jurídica R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 155.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior serão usados o excesso de arrecadação das Contribuições do Servidor Ativo Civil e Contribuições Patronal de Servidor Ativo Civil arrecadadas na rubrica 121029070000 e 721029070000 para despesas com aposentadorias e pensões, e para despesas com outros serviços de terceiro o superávit financeiro da fonte de recursos 001 do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 21 de Novembro de 2007.


Mansur de Jesus Daou
Prefeito Municipal